TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Constitui objeto deste Termo de Referência a contratação de serviços de exames de imagem para atender às necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Brejo do Cruz – PB, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
01	RESSONÂNCIA DE MEMBRO SUPERIOR UNILATERAL (BRAÇO, PUNHO, MÃO, OMBRO, COTOVELO, ANTEBRAÇO) COM CONTRASTE	UND	20	574,67	11.493,40
02	RESSONÂNCIA DE MEMBRO INFERIOR (COXA, JOELHO, TORNOZELO, PÉ) COM CONTRASTE	UND	20	541,75	10.835,00
03	RESSONÂNCIA DE CERVICAL COM CONTRASTE	UND	20	402,67	8.053,40
04	RESSONÂNCIA DE COLUNA LOMBAR COM CONTRASTE	UND	20	373,33	7.466,60
05	RESSONÂNCIA DE COLUNA TORÁCICA/ HEMITORAX	UND	20	489,81	9.796,20
06	RESSONÂNCIA DE COLUNA TORÁCICA/ HEMITORAX COM CONTRASTE	UND	20	676,67	13.533,40
07	RESSONÂNCIA DE COLUNA LOMBO SACRA COM CONTRASTE	UND	20	676,67	13.533,40
08	RESSONÂNCIA PELVICA/ BACIA	UND	20	675,81	13.516,20
09	RESSONÂNCIA DE PELVE FEMININA/ MASCULINA	UND	20	699,33	13.986,60
10	RESSONÂNCIA DE ABDOMEN SUPERIOR	UND	20	686,16	13.723,20
11	RESSONÂNCIA DE ABDOMEN INFERIOR	UND	20	710,91	14.218,20
12	RESSONÂNCIA DE SEIOS DA FACE/ ATM	UND	15	684,93	10.273,95
13	RESSONÂNCIA DE SEIOS DA FACE/ ATM COM CONTRASTE	UND	15	734,93	11.023,95
14	RESSONÂNCIA DE PRÓSTATA/ BOLSA ESCROTAL	UND	15	738,33	11.074,95
15	RESSONÂNCIA DE PRÓSTATA/ BOLSA ESCROTAL COM CONTRASTE	UND	15	728,36	10.925,40
16	RESSONÂNCIA DE OSSOS TEMPORAIS	UND	10	650,00	6.500,00
17	RESSONÂNCIA DE OSSOS TEMPORAIS COM CONTRASTE	UND	10	924,50	9.245,00
18	RESSONÂNCIA DE URORESONANCIA	UND	20	798,33	15.966,60
19	RESSONÂNCIA DE URORESONANCIA COM CONTRASTE	UND	10	758,50	7.585,00
20	RESSONÂNCIA DE COLANGIORESSONANCIA	UND	30	639,00	19.170,00
21	RESSONÂNCIA DE COLANGIORESSONANCIA COM CONTRASTE	UND	15	639,00	9.585,00
22	RESSONÂNCIA DE ANGIORESSONANCIA	UND	30	680,00	20.400,00
23	RESSONÂNCIA DE MAMA	UND	20	610,24	12.204,80
24	RESSONÂNCIA DE MAMA COM CONTRASTE	UND	10	672,70	6.727,00
25	RESSONÂNCIA DE HIPOFISE	UND	15	693,28	10.399,20
26	RESSONÂNCIA DE HIPOFISE COM CONTRASTE	UND	15	734,38	11.015,70
27	RESSONÂNCIA DE CRÂNIO	UND	120	1.376,67	165.200,40
28	RESSONÂNCIA DE CRANIO COM CONTRASTE	UND	50	1.348,04	67.402,00
29	RESSONÂNCIA DE LOMBO SACRA	UND	120	1.369,67	164.360,40
30	RESSONÂNCIA DE MEMBROS INFERIORES	UND	100	808,33	80.833,00
31	RESSONÂNCIA DE COLUNA CERVICAL	UND	100	900,00	90.000,00

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
32	RESSONÂNCIA DE MEMBROS SUPERIORES	UND	100	940,67	94.067,00
33	RESSONÂNCIA DE COLUNA LOMBAR	UND	100	850,00	85.000,00

1.1. Os serviços objeto do presente Termo de Referência estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho.

1.2. Os serviços acima elencados são classificados como comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura da Ata de Registro de Preço, sendo admitida sua prorrogação por igual período.

1.4. O instrumento contratual a ser celebrado oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. A prestação dos serviços acima descritos será parcelada, nos prazos e nos locais de entrega descritos neste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e a descrição dos serviços encontra-se baseada no Estudo Técnico Preliminar, contido na fase interna deste processo de contratação.

2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual para o exercício de 2025.

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO

3.1. A saúde constitui-se como um dos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988, em seu art. 6º, e reafirmada no art. 196, que estabelece ser direito de todos e dever do Estado, a ser garantido mediante políticas sociais e econômicas que assegurem a redução do risco de doenças e outros agravos, bem como o acesso universal e igualitário às ações e serviços necessários à promoção, proteção e recuperação da saúde.

Nesse contexto, a prestação de serviços especializados em saúde, como os exames de imagem, revela -se indispensável para a efetividade das políticas públicas em nível municipal. A ausência desses serviços compromete o atendimento das atividades finalísticas da rede municipal de saúde, acarretando prejuízos significativos aos usuários do SUS, especialmente em situações que demandam diagnóstico rápido e preciso.

Embora a Constituição preveja a participação da iniciativa privada na assistência à saúde, tal atuação deve ocorrer apenas de forma complementar, nos casos em que a rede pública se mostra insuficiente para atender de maneira adequada e tempestiva a população. No caso do município de Brejo do Cruz – PB, observa-se a inexistência de estrutura própria para a realização de exames de alta complexidade, como a ressonância magnética, o que impõe a necessidade de buscar alternativas que assegurem a continuidade e a integralidade da assistência .

Portanto, a viabilização do acesso a exames de ressonância, seja por meio de convênios, contratos ou outras parcerias, é medida essencial para garantir a resolutividade da rede de atenção à saúde local, reduzindo deslocamentos onerosos, filas de espera e atrasos no diagnóstico. Trata -se de ação que não apenas cumpre os princípios constitucionais do SUS — universalidade, integralidade e equidade — como também representa um investimento direto na qualidade de vida e no direito à saúde da população.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de exames de imagem, com ênfase nos exames de ressonância magnética, para atender às demandas da Secretaria de Saúde do Município de Brejo do Cruz – PB. A contratação tem como objetivo garantir o acesso ágil, eficiente e com qualidade aos exames de diagnóstico por imagem para os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), residentes no município, suprindo a atual demanda reprimida e assegurando o cumprimento das diretrizes de atenção à saúde. A empresa contratada deverá dispor de: Equipamentos modernos e em perfeito estado de funcionamento; Equipe técnica qualificada, composta por médicos radiologistas, técnicos em radiologia e dema is profissionais necessários à execução dos exames; Estrutura física adequada e acessível aos pacientes; Capacidade para atender à demanda mensal estimada, conforme especificações que serão detalhadas no termo de referência e no contrato; Cumprimento dos prazos estabelecidos para a entrega de laudos e disponibilização de imagens; Garantia da qualidade dos serviços prestados, com observância às normas da Anvisa, do CFM e dema is órgãos reguladores. A prestação dos serviços poderá ocorrer na unidade física da empresa conforme acordado em contrato. A remuneração se dará por exame realizado, com valores compatíveis aos praticados no mercado e em conformidade com os princípios da economicidade e da legalidade administrativa. A adoção dessa solução justifica -se pela viabilidade técnica, agilidade na implantação, menor risco operaciona l, ausência de necessidade de investimento em infraestrutura própria e flexibilidade contratual, atendendo de forma imediata às necessidades da população de Brejo do Cruz – PB, dentro de padrões técnicos exigidos e com custo-benefício favorável à administração pública.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. São requisitos de contratação:

5.1.1. Imagem de boa qualidade impressa juntamente com laudo para todos os exames;

5.1.2. Seguir as normas de segurança;

5.1.3. Executar os serviços de acordo com as especificações descritas neste Termo de Referência e dentro das normas de vigilância Sanitária;

5.1.4. As entregas dos resultados de exames deverão ocorrer em no máximo 05 (cinco) dias corridos, salvo em casos em que os mesmos sejam de urgência;

5.1.5. Atender os prazos, visando a qualidade do serviço de saúde;

5.1.6. Ficha do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), disponível no www.cnes.datasus.gov.br.

5.1.7. A clínica para realização de ressonância deve está em um raio de 50km de distância do Município de Brejo do Cruz.

Da Subcontratação

5.2. Na presente Contratação NÃO será admitida subcontratação:

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução dos Serviços

6.1. O prazo para início da execução dos serviços é de 05(cinco) dias corridos contados do recebimento da respectiva ordem de serviço.

6.2. Os serviços deverão ser executados na sede da empresa vencedora.

6.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente por ocasião da sua efetiva entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser refeitos/prestados

novamente no prazo de 2(dois) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 2(dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, cumprimento das especificações e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. 6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual

7.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de

apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário

7.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

7.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competên cia.

7.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.1. 0 . O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

7.1. 1 . O gestor do contrato deverá elaborará relatório finalcom informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8. DO CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, com o FGTS, e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

8.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

8.3. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente bancária de titularidade do Contratado.

8.4. As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Município Contratante, devendo constar ainda número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

8.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6/100) I = 0,00016438 365 TX = Percentual da taxa anual = 6%.

8.6. -A Administração Pública Municipal efetuará a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/Pasep incidentes sobre os pagamentos efetuados.

8.6.1. -As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços.

8.6.2. A retenção que se refere este item não será efetuada de pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como também as demais pessoas jurídicas elencadas no art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012

9. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta 8 .1 . O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO COM AGRUPAMENTO DE ITENS – LOTE.

Exigências de habilitação

9.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de

Microempreendedor Individual- CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio: www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.3.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada -

EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato socialem vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.3.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.3.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas

Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.3.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.3.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.4.1. CNPJ-Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria -Geral da

Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União

(DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora - Geral da Fazenda Nacional.

9.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII -A da

Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.4.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

9.4.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos

Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;
8.4.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.4.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresade pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.4.9. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.4.10. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.4.11. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.5.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

9.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.6.1. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

9.6.2. Registro da empresa no Conselho Regional de Medicina (CRM) do Estado em que se localiza a sede da pessoa jurídica;

9.6.3. Registro do Profissional responsáveltécnico pela realização dos exames e emissão dos laudos;

9.6.4. Alvará Sanitário emitido pela Vigilância Sanitária Estadual ou da Vigilância Sanitária Municipal onde se encontra a clínica a realizar os exames.

10. DA ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação será informado após realização de pesquisa mercadológica.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. São obrigações da Contratante:

11.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

11.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado; e

11.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

11.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

12.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

12.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos

12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de

Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

12.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.1.6. Os serviços / exames e procedimentos, serão realizados na própria clínica da contratada;

12.1.7. A contratada deverá emitir relatório mensal como nome e número de pacientes atendidos, acompanhando o documento fiscal competente;

12.1.8. Em caso de urgência/emergência os pacientes encaminhados para realização dos serviços/exames deverão ser atendidos imediatamente para as devidas intervenções;

12.1.9. O quantitativo de profissionais a serem disponibilizados pela contratada deverá ser em número compatível de forma que os serviços sejam realizados de forma ágil, evitando o acúmulo de demanda;

12.1.10. A contratada deverá responsabilizar-se pela sua equipe, material, equipamentos e outros itens necessários ao cumprimento dos contratos e perfeita execução dos serviços/ exames;

12.1.11. Para apresentação dos serviços do objeto deste termo de referência o licitante deverá dispor de local, equipamento médico registrado na Vigilância Sanitária local, com ambiente adequado para atendimento da necessidade, contando com todo aparato médico e técnico para suprir a necessidade da demanda, seja em consultório, clínica ou similar, em sede própria ou locada.

12.1.12. A clínica para realização de ressonância deve está em um raio de 50km de distância do Município de Brejo do Cruz.

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando -se o índice IPCA-E e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam -se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventua is implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

15. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

15.2. Não há obrigatoriedade de inserir dotação orçamentária para ata de registro de preços.

Brejo do Cruz-PB, 17 de novembro de 2026.

Janaina Eleonora Dutra

Diretora Do Hospital